

UMA QUESTÃO DE ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA: VONTADE E LIBERDADE

Maria Helena D. Nascimento Saragioto
Pós-Graduação em Filosofia – PUCAMP

INTRODUÇÃO

Vontade e liberdade serão vistos numa abordagem filosófica a partir do curso dado pelo professor Leonardo Van Acker, sob o título de Antropologia Filosófica. Este é um curso muito amplo que abrange além da Psicologia Filosófica propriamente dita, uma Cosmologia e uma Antropologia. O motivo desta abrangência é o próprio método usado pelo autor, ou seja, o método sintético-cosmológico; sintético porque parte do geral para concluir o particular e cosmológico porque situa o homem no universo corpóreo em contraposição ao método antropológico que trata do cosmos em função do eu humano. Conceituando Psicologia Filosófica como a ciência da essência e da existência do corpo vivo, sendo que essência e existência designam o objeto formal e corpo vivo é o objeto material, o autor divide seu curso em tantos grandes capítulos quantas são as divisões da Psicologia Filosófica, a saber: o corpo como corpo; como vivo; como vegetal; como animal e finalmente como racional ou humano¹.

De antemão, cumpre citar que, a posição de Van Acker frente aos problemas concernentes à Psicologia Filosófica, é conforme ao hilemorfismo antropológico aristotélico-tomista, para o qual a essência substancial corpórea é “matéria-prima” e “forma substancial” sendo que, quantidade e qualidade, são considerados acidentes.

Toda problemática do corpo enquanto vivo racional é tratada de forma comparativa ao corpo enquanto vivo e irracional até que seja concluída a superioridade do homem, enquanto animal racional, sobre o animal irracional. Isso posto, apresentaremos duas teses introdutórias ao curso do Prof. Van Acker.

A primeira diz que “o homem não difere do animal na essência genérica” e a prova desta tese se dá em dois níveis, ou seja, na ordem dos acidentes o homem não difere do animal pelas atividades vegetativas e sensitivas e, na ordem da substância, o homem e os outros animais são corpos vivos compostos de matéria prima e alma vegetativo-sensitiva. Logo, a essência total do homem é genericamente idêntica à do animal.

A segunda tese diz respeito à essência específica do homem e do animal e é assim enunciada: "O homem é superior ao animal pela essência específica". Para provar esta tese Van Acker elabora todo o seu curso de Psicologia Filosófica, analisando detalhadamente cada uma das seguintes etapas da demonstração desta segunda tese:

1. Superioridade específica do conhecimento racional sobre o conhecimento sensível no próprio homem.
2. Superioridade específica do comportamento racional humano sobre as formas de comportamento cognitivo dos animais irracionais.
3. Superioridade específica da vontade ou ação voluntária humana sobre a "vontade" ou apetites e movimentos espontâneos dos animais.

Cada uma dessas etapas é tratada separadamente e o autor nos apresenta sempre uma visão histórico-filosófica à respeito de cada uma delas, tratando inclusive de levantar e superar dificuldades que possam surgir no sentido de se tentar refutar a sua tese.

Nosso estudo se concentrará no item 3, isto é, a superioridade específica da vontade ou ação voluntária humana sobre a "vontade" ou movimentos espontâneos dos animais, de acordo com o manuscrito do Prof. Van Acker "Ensaio de solução dos problemas", que complementa o "Curso de Psicologia Filosófica" propriamente dito.

Van Acker fala da vontade e da liberdade também no capítulo dedicado à essência do homem, classificando liberdade e vontade entre os problemas particulares, ressaltando que se trata de "problemas moralmente importantes, embora especulativamente secundários"². Diz ele que o problema da liberdade e da vontade, não passa de um aspecto do problema da essência do homem em relação ao animal e que, a atividade voluntária humana deve ser estudada em comparação à apetição sensível do animal, a fim de que se verifique se a vontade ou apetição racional do homem é livre e essencialmente superior ao querer puramente animal³.

I – APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E TENTATIVAS DE SOLUÇÃO

O modo de conhecer o fim ou o objetivo difere no homem e no animal. Enquanto o animal conhece o objetivo apenas de modo sensível e concreto, portanto atingível por um só meio, quer sugerido pelo instinto, quer sugerido pela percepção concreta entre instrumento e alvo, o homem é capaz de conhecer o objetivo ou fim de modo abstrato e portanto desvinculado de qualquer meio particular ou concreto para atingi-lo. Por esse motivo, o homem pode deliberar sobre os meios que usará para atingir

determinado fim, podendo optar por um dentre vários meios ou mesmo optar por abster-se de agir.

Esta distinção entre o modo de conhecer meio e fim para o homem e para o animal é endossada por muitos mas, diz Van Acker que, quando se trata de interpretar o fato da decisão ou escolha deliberada, indicando-lhe a essência, o que existe é uma grande falta de concordância entre aqueles que se preocupam com o assunto⁴.

Relativamente a esse problema da interpretação e identificação da essência da escolha deliberada, os estudiosos do assunto se situam relativamente a duas grandes correntes, que são, o livre arbitramento e o determinismo.

A – O LIVRE ARBITRISMO DE LEONARDO VAN ACKER

É importante salientar que o “arbitrio” é entendido aqui conforme S. Tomás, isto é, “o juízo ou parecer racionalmente motivado sobre qual seja o comportamento praticamente conveniente, isto é, sobre o que convém querer ou agir e fazer ou executar”⁵.

No livre arbitramento a escolha se dá independente de qualquer alvitre ou razão sendo fruto unicamente da vontade e homologada por um “ato de querer independente e autônomo”⁶. Aqui, a vontade é o “único motivo ou a única razão terminante e definitiva ou decisiva da sua própria escolha”⁷, assim portanto, o livre arbitramento implica auto-determinismo da vontade que neste caso assume o papel de razão final. Assim, a liberdade de escolha tem por essência a “auto-determinação voluntária isenta da necessidade dos alvitres ou motivos”⁸.

A liberdade de escolha é necessária em vista dos bens serem relativamente valiosos e relativamente desvaliosos além de mutuamente exclusivos; ela é necessária em termos de decisão ou escolha e é livre porque decidimos, escolhemos, optamos por este ou aquele bem. Esta escolha voluntária, segundo o livre arbitramento, só é livre na medida em que é “consciente da sua autonomia” e neste caso, nenhum motivo alheio à vontade pode ser decisivo por si só, a não ser que se transforme em motivo mais forte por preferência voluntária da pessoa.

O querer ou a vontade segue sempre o juízo prático da pessoa mesmo que haja oposição do juízo teórico. São três as conseqüências destas colocações, a saber:

1. Só pode haver livre arbitrio, ou livre juízo prático, no animal que é independente em relação ao seu juízo prático podendo superá-lo ou dominá-lo pela crítica, e este é o animal racional. Os irracionais não são capazes de livre arbitrio porque o juízo prático lhes é determinado pelo instinto não havendo reflexão racional e crítica⁹.

2. "A vontade humana só é capaz de livre escolha ou decisão em matérias susceptíveis de livre arbítrio ou juízo prático discutível e contrastável por juízos práticos opostos. Nestas condições, a vontade pode decidir do juízo prático definitivo e assim auto-determinar seu próprio querer. São susceptíveis de livre arbítrio:

— o exercício de qualquer ato volitivo enquanto esse exercício é um bem relativo ao qual se podem opor as vantagens do repouso.

— qualquer espécie de objeto de ato volitivo, desde que seja um bem relativo ou pelo menos apareça como tal"¹⁰.

3. "Liberdade é contingência ou indeterminismo e como todo contingente ou indeterminado se baseia no necessário ou determinado, segue-se que a vontade humana quer livremente certas coisas precisamente porque ela quer necessariamente certas outras. Assim, é porque naturalmente quer a felicidade que o homem livremente escolhe e procura os meios para tal. O indeterminismo da vontade livre tem como princípio o determinismo da vontade natural"¹¹.

B – DERRUBANDO DETERMINISMOS

Contrariamente aos preceitos do livre arbitramento, no determinismo a escolha voluntária não é autônoma uma vez que é levada por motivos estranhos à vontade.

O autor sugere mesmo, que o determinismo, neste caso, deveria ser chamado "heterodeterminismo" uma vez que implica "alienação da vontade e da personalidade"¹².

Assumindo posição favorável ao livre arbitramento, Van Acker apresenta uma série de determinismos, ou fatores externos determinantes da vontade e, na medida em que os apresenta, exerce sua crítica rejeitando a todos e reafirmando assim, a eficácia do livre arbitramento face à problemática da vontade e da liberdade humanas.

Assim, a respeito do fator inconsciente apontado como elemento externo determinante da vontade, diz Van Acker que esta não é uma colocação correta porque "o que se pretende é que o comportamento é livre enquanto é consciente, nem que seja da sua necessidade, pois havendo consciência da necessidade, há por isso mesmo, pelo menos a liberdade de se lhe submeter de bom ou de mau grado. A negação radical da liberdade consiste na negação da consciência"¹³. Assim, fatores inconscientes não podem influir decisivamente no comportamento além do que o "inconsciente só pode ser condição e não causa"¹⁴.

Outro fator externo que, segundo o determinismo, influi sobre a escolha voluntária é o fator econômico. Van Acker esclarece que esta é uma consideração típica da ideologia marxista mas que, na realidade, o

“fator econômico só pode influir no comportamento voluntário enquanto se torna consciente e é interpretado como merecendo certas reações voluntárias”¹⁵.

O caráter seria um outro fator externo a influir no ato voluntário. Ora, é ponto pacífico que o homem decide de acordo com seu caráter, mas é preciso se entender claramente o que seja o caráter. Van Acker, acatando a conceituação do Pe. Gillet, segundo a qual o caráter é “um conjunto de hábitos morais inteligentemente agrupados em torno do eixo voluntário”¹⁶ e também a conceituação de Bergson que diz ser o homem o autor do seu próprio caráter sendo que este se integra na vontade à medida em que por ela é formado, afirma, por sua vez, que “o caráter é produto da vontade e não uma causa estranha que a determina”¹⁷. Onde Van Acker conclui que a afirmação determinista segundo a qual o caráter é um fator externo que interfere no ato voluntário é “um sofisma da pretensa causa, encerrando até petição de princípio, enquanto supõe, sem provar, ser o caráter um fator alheio à vontade e que a determina”¹⁸.

Além do caráter, o temperamento também é apontado como fator externo intervindo no ato voluntário. Aqui, cumpre explicitar que, para Van Acker, temperamento é a “constituição orgânica ou fisiológica”¹⁹. Isso posto, diz ele, com S. Tomás, que conforme o seu temperamento cada um aprecia o fim, porque a disposição temperamental inclina o homem a querer ou a repudiar determinado objetivo; mas, esse mesmo fim é passível de discussão racional e de livre escolha, portanto, negar a liberdade por causa do temperamento é também um sofisma pela pretensa causa e por ignorância da questão²⁰.

Além dos já citados, Van Acker refuta também o determinismo do condicionamento pela educação e pelo hábito, isto porque aceita que ou a educação é conforme a vontade e então ela não contraria a liberdade, ou então ela é contrária à vontade e o sujeito dela se livrará na primeira oportunidade.

Contra as teorias behavioristas que apontam os hábitos como reflexos condicionados intervindo no agir livre do homem, Van Acker salienta que o hábito não pode ser explicado apenas por condicionamento fisiológico pois exige consciência uma vez que “o sentido que é a essência do hábito conserva-se consciente”²¹. Ora, se a consciência é admitida, assim também o é a liberdade e isso posto, a teoria dos condicionamentos por educação, hábito ou reflexo condicionado, cai por terra.

Continuando no seu trabalho de derrubar um a um os argumentos deterministas, Van Acker fala ainda do determinismo histórico e sociológico ou dos fatores histórico-culturais intervindo no ato voluntário humano. Van Acker admite a influência das pressões sociais sobre as decisões do indivíduo mas, acentua que não se trata de concluir

daí que não haja livre arbótrio uma vez que o homem é livre porque a sociedade apresenta sempre tendências que muitas vezes são até mesmo opostas e, dentre elas, o homem é livre para escolher.

Outro argumento derrubado pelo autor é o apresentado pelo determinismo psicológico ou do motivo extra-voluntário mais forte. Van Acker entende por motivo extra-voluntário mais forte "o motivo psicológico mais forte **por si mesmo**, independentemente da homologação ou do consentimento da vontade"²². Mas, nenhum motivo psicológico de agir é mais forte **per se** senão apenas **per accidens**, ou seja, pela preferência que lhe dá a vontade. O motivo explicativo para tal é que os motivos não são quantitativos e homogêneos, mas sim, qualitativos e heterogêneos, cada qual sendo por si mesmo o mais forte dentro do seu próprio gênero e quando o sujeito escolhe entre dois ou mais motivos, o faz pela concentração da sua atenção sobre um dos motivos. Daí Van Acker conclui que "não é o motivo extra-voluntário por si mesmo mais forte que determina a vontade mas sim, a própria vontade, que prestando atenção exclusiva a um motivo preferido, a este torna decisivamente o mais forte e por ele se auto-determina"²³.

Aqui cabem algumas considerações a respeito do problema do mal. Como pode o homem, tendo que escolher entre um bem e um mal optar pelo mal se a opção é uma questão da vontade? Será que o homem opta voluntariamente pelo mal?

Baseando-se em S. Tomás, Van Acker diz que "ninguém escolhe o mal enquanto o julga mau mas só enquanto o julga bom. Julgando bom o mal, é claro que o homem erra e portanto, ignora a verdade relativamente ao que faz. Mas, essa ignorância, no caso, é voluntária, pois a vontade não quis prestar atenção aos motivos a favor do bem, preferindo ignorá-los. Assim, toda escolha livre do mal implica ignorância, mas ignorância voluntária"²⁴.

O homem, pela atenção, pode tomar decisões voluntárias mas entre a decisão e a execução surgem certas dificuldades, como por exemplo, a fraqueza e a ineficácia destas mesmas decisões voluntárias. Tais dificuldades atingem a relação entre o psíquico e o físico pois, havendo resultância física das tendências psíquicas, o fracasso na execução se deve à falta de atenção à resolução tomada e/ou à respectiva execução. Assim, a atenção se constitui em condição da livre escolha e o homem segue sempre na tentativa de conquistar o poder de escolher livremente uma vez que "o livre poder do homem não é um dado, mas uma conquista sempre contingente e aleatória e nesse poder instável e mal garantido reside a superioridade do homem sobre todo o cosmos natural"²⁵.

Finalmente, contra todos os determinismos até agora citados, Van Acker conclui pela liberdade da vontade que, não apenas é

auto-criadora, como também é auto-determinadora, aspirando sempre a realizar-se de modo completo, infinito e perfeito²⁶. O homem aspira sempre a um fim que, para ele, seja fim em si, último ou absoluto nem que este fim seja ele mesmo e, essa tendência ao fim último, possibilitada pela auto-determinação e pela vontade de perfeição, patenteia a superioridade essencial do homem sobre o animal como Van Acker havia enunciado em sua segunda tese.

CONCLUSÃO

Tal trabalho foi possível graças aos manuscritos que nos foram cedidos pelo Prof. Van Acker, uma vez que seu "Curso de Psicologia Filosófica" não foi editado até o momento.

Durante a elaboração deste trabalho, constatamos, mais uma vez a fidelidade do autor ao rigor filosófico e sua absoluta coerência dentro dos princípios da filosofia tomista que optou por seguir. Longos anos de estudo e pesquisa foram consumidos para a elaboração do referido curso e o resultado demonstra que não foram medidos esforços em favor da profundidade e da erudição.

Liberdade e vontade se constituem em tema de estudo de tantos quantos se preocupam ou se preocuparam em melhor conhecer o homem e, a solução tomista que Van Acker nos apresenta, é apenas uma dentre as várias outras que povoam a literatura filosófica. Não nos cabe aqui julgar a validade ou a atualidade de tais soluções, uma vez que nosso objetivo é apenas expor o pensamento de Van Acker em relação a este assunto que nos interessa particularmente.

Na atual fase de nossos estudos a respeito da obra do Prof. Van Acker, quando ainda estamos colhendo dados a respeito da sua produção filosófica, nos parece prematuro "trabalhar" seu pensamento em termos de uma elaboração filosófica propriamente dita, de uma reflexão crítica, de um cotejo do seu pensamento com o de outros pensadores. Por esse motivo, nos limitamos a expor, da forma mais fiel que nos foi possível, um item do referido "Curso de Psicologia Filosófica".

Pensamos ser este o primeiro passo para um futuro trabalho, maior e mais profundo, onde nossa proposta será a de apresentar o pensamento do professor e, sobre ele, refletir criticamente.

BIBLIOGRAFIA

- VAN ACKER, Leonardo. **Curso de Psicologia Filosófica**. Manuscrito em cópia xerox, 305p. Seguido de **Ensaio de solução dos problemas e apreciação das teorias**. 45p.
- VAN ACKER, Leonardo. **Inconsciente psíquico — Leis do comportamento e liberdade**. Separata da Revista de Psicologia Normal e Patológica. Ano VII, out./dez. 1961, nº 4. 7 p.

NOTAS

- (1) Cfr. Van Acker. **Curso de Psicologia Filosófica**, p. 7 Introdução.
- (2) Van Acker. **Curso de Psicologia Filosófica**. p. 193.
- (3) Ibid, p. 193.
- (4) Cfr. Van Acker. **Ensaio de solução dos problemas**. p. 21.
- (5) Van Acker. **Curso de Psicologia Filosófica**. p. 234 cont.
- (6) Cfr. Van Acker. **Ensaio de solução dos problemas**. p. 21.
- (7) Ibid, p. 21.
- (8) Ibid, p. 22.
- (9) Cfr. Aquino, S. Tomás de. *De veritate*, apud Van Acker. **Curso de Psicologia Filosófica**. p. 243 cont.
- (10) Aquino, S. Tomás de. *Suma Teológica*, apud Ibid, p. 244.
- (11) Van Acker. **Curso de Psicologia Filosófica**. p. 243-4.
- (12) Van Acker. **Ensaio de solução dos problemas**. p. 24.
- (13) Van Acker. **Ensaio de solução dos problemas**. p. 25.
- (14) Ibid, p. 25.
- (15) Ibid, p. 26.
- (16) Ibid, p. 29.
- (17) Van Acker. **Ensaio de solução dos problemas**. p. 29.
- (18) Ibid, p. 29.
- (19) Ibid, p. 30.
- (20) Cfr. Ibid, p. 30.
- (21) Ibid, p. 31 — o grifo é do autor.
- (22) Van Acker. **Ensaio de solução dos problemas**. 35
- (23) Ibid, p. 35 e 35 cont.
- (24) Van Acker. **Ensaio de solução dos problemas**. p. 36.
- (25) Ibid, p. 38.
- (26) Cfr. Ibid, p. 38.